



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UTOPIA OU MARKETING PÓS-MODERNO? O CASO BRASIL.

Raul Otto Laux - UNIFEBE

Günther Lothar Perstchy - UNIFEBE

Resumo: Este artigo aborda a internacionalização da educação superior desde um ponto de vista crítico-constructivo, no Brasil e no MERCOSUL. Três objetivos movem a pesquisa: (1) Analisar a efetividade das ações de internacionalização da educação superior com qualidade, a partir do Brasil, potencialmente promotores da formação aprimorada do indivíduo; (2) Identificar as fortalezas e fragilidades que rondam este âmbito educativo global; (3) Apontar os supostos indicadores que dificultariam dito desiderato, comentando-os em busca de possíveis soluções. Para atender a estes objetivos, utilizou-se uma abordagem metodológica de pesquisa teórico-qualitativa, exploratória (com viés descritivo) e fenomenológica. Bibliografia nacional e estrangeira, impressa e eletrônica, se constituiu em fonte primária de dados, a esta somando-se o acervo experiencial do autor em sua larga trajetória como docente e investigador científico. Os resultados apontam para um cenário estratégico dos processos de internacionalização ainda mui tímidos e sem aparentes grandes perspectivas nesse intento, a começar pelo desprezo à obrigatoriedade de uma segunda língua e estrangeira, fundamental já para a região do Pacto de Assunção. Conclui-se que a indevida intromissão da política partidária é parte de um problema maior, emperrando o sucesso da pretensão guerreada.

Palavras-chave: Internacionalização. Universidade. Política partidária. Gestão.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior, como conceito que abrange a mobilidade de docentes e discentes de todo o globo à procura de novas abordagens de novos e velhos temas, poderia ser considerada uma novidade em gestação, caso se desconsiderasse ou desconhecesse o movimento encetado – e pioneiro – pela Associação Internacional de Universidades adstrita à UNESCO, nos albores de 1950 (ATRIA, 2012).

O processo de Bolonha e o programa *Erasmus Mundus*, no marco da comunidade europeia, o programa *ENLACES* (Espacio de Encuentro Latinoamericano y Caribeño de Educación Superior), a *ANIE* (Red Africana para la Internacionalización de la Educación Superior) (GONZÁLEZ et al., 2012), são alguns exemplos palpáveis das estratégias voltadas à internacionalização da Educação Superior e ao seu principal desafio: a garantia da qualidade educativa.

Deduz-se da adição destes dois fatores – internacionalização e qualidade educativa – que ambos sulcaram suas jovens histórias intimamente associados, quiçá mancomunados em sentido positivo para alcançar o êxito representado pela comunhão de esforços rumo a um conjunto de objetivos comuns que deságuam na tão ansiada educação global. E para o alcance deste desiderato, seus mentores puderam contar, com maior ênfase nestas últimas três décadas, com o suporte inédito e inestimável dos avanços conquistados pelas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), aproximando em tempo real os cantos mais distantes do planeta.

Sem embargo, ingressamos à segunda década do novo milênio ainda com grandes questionamentos quanto aos precitados objetivos. A questão da qualidade educativa, em sentido lato, continua a enfrentar renovados desafios. Para os níveis fundamental e intermediário, remamos num oceano de dificuldades por conta de um *novo formato social*, identificado pela exclusão social crescente, pelo ingresso irrefreável da mulher no mercado laboral – e suas naturais consequências sobre a educação básica dos seus rebentos –, pelas questões remunerativas inadequadas e desmotivadoras, pelo acelerado ritmo de vida, enfim.

Como, então, pensar em ampliar os horizontes educacionais com qualidade, rumo a alhures, se em casa sequer contamos com a necessária e adequada educação básica? Como almejar horizontes alargados, se nem conseguimos fazer o *dever de casa*? Estaríamos ante um *passo maior do que a perna* ao desejar (e festejar) a internacionalização da educação com a necessária e indefectível qualidade? Eis as questões que fundamentam este nosso ensaio.

Visando respostas a estes interrogantes, nossos objetivos se atêm à tentativa de transitar sobre o tema em pauta, segundo os seguintes parâmetros determinantes:

- 1) Analisar a efetividade das ações de internacionalização da educação superior com qualidade, a partir do Brasil, potencialmente promotores da formação aprimorada do indivíduo.
- 2) Identificar as fortalezas e fragilidades que rondam este âmbito educativo global.
- 3) Apontar os supostos indicadores que dificultariam dito desiderato, comentando-os em busca de possíveis soluções.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Ater-nos-emos, a título de delimitação do tema, às experiências brasileiras constatadas em nosso continente (sul-americano), com especial ênfase prestada aos contornos do MERCOSUL, embora sem considerar o Paraguai (indevidamente penalizado em razão de uma troca de comando legalmente promovida), bem como tampouco a Venezuela por entendê-la *estranha ao contexto sócio-político-econômico-social* do Mercado Comum do Sul (nada obstante tenha sido incluída no Pacto por estratégia no mínimo discutível – a suspensão do Paraguai) e em respeito às peculiaridades compartilhadas por Argentina, Brasil e Uruguai.

Não obstante dita delimitação, nos serviremos de algumas experiências ilustrativas ocorridas em outras regiões do globo, acrescidas do escopo de enriquecer o tema e ampliar a visão de conjunto deste ensaio. Aditivamente, deixemos claro que não se trata de desmerecer os incontáveis esforços promovidos por organismos públicos e privados em prol de programas educativos globalizados. A utopia ou o marketing enganoso identificam apenas aquelas estratégias que deturpam o verdadeiro sentido e valor da mobilidade docente e discente, quando em realidade estão a promover propostas com o mero fito de lucro, comprometendo o fator essencial da qualidade educativa.

2. EDUCAÇÃO SUPERIOR: PASSAPORTE PARA O SUCESSO?

Iniciemos por uma constatação que parece ser paradigmática: o *sonho* da conquista de um diploma de curso superior assemelha-se mais a um pesadelo para muitos dos que, enganados pela propaganda aliciadora, deixam de avaliar adequadamente as múltiplas propostas e se lançam a tal aventura a fim de supostamente garantir um futuro melhor. Mal sabem que o sonhado diploma de terceiro grau é apenas a antessala de um universo disputadíssimo, oneroso e até certo ponto fantasioso.

Este cenário se complica ainda mais quando as atrativas propostas advêm de organizações universitárias estrangeiras, em regra dirigidas àqueles que, em já possuindo um diploma universitário, almejam a conquista de uma titulação adicional: um mestrado, um doutorado, um pós-doutorado, supostamente facilitadores das oportunidades de emprego, dentro ou fora das universidades.

O *sonho universitário*, enfim, sequer poderia ser considerado o início de um processo profissionalizante, senão apenas o seguimento acadêmico complementar que leva à profissionalização do indivíduo – ou pelo menos se pretende que assim seja. Portanto, parece claro estar subentendido que os níveis educativos prévios a este patamar são – estes sim – o alicerce sobre o qual se poderá pretender erigir uma vida de sucesso, considerando este objetivo, bem entendido, segundo os padrões de expectativa de cada pessoa. Esta é a sequência racional e lógica de um ser em crescimento ordenado e estruturado a fim de ir absorvendo conhecimentos, em consonância com o fortalecimento dos seus valores éticos e morais.

Afirma Bellodi, ao referir-se ao ingresso à universidade:

A entrada nessa comunidade especial significa, para muitos, também uma “odisséia”: é a **concretização de um sonho** (porque repleto de expectativas de crescimento e desenvolvimento), a **recompensa de um esforço** (porque o acesso, embora mais democrático ao longo do tempo, é ditado especialmente



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

pelo mérito) e **o início de uma nova fase da vida** (porque exige e desenvolve novos conhecimentos, habilidades e atitudes). (BELLODI, 2005, p. 41, grifos do autor).

Se partirmos deste pressuposto – os níveis educativos – o sonho alimentado pelo indivíduo em seu trajeto vivencial deverá considerar *o sucesso* como seu Norte deste trajeto, em todos os seus níveis, e não apenas restrito e reservado à *educação superior* – nem sempre disponível, acessível ou necessária a todos os indivíduos. É nesta encruzilhada que se situa o *erro de foco*. Ilustrando: um bom técnico em pintura de construções aufere, proporcionalmente, melhores ganhos do que um recém formado em qualquer curso universitário. Os exemplos sobram neste sentido.

Aparentemente, a procura pelo diploma superior está mais fundada em valores atinentes ao pretense *status social* decorrente ou aos *rótulos* identificadores das profissões, em substituição à verdadeira *vocação profissional* (tendência intelecto-natural do indivíduo) para determinada área. A vocação profissional, sem lugar a dúvida, é a legítima *mola propulsora* do ser humano e, quando inexistente, mui provavelmente se constitui em promotora de sérios riscos de tropeços e de potencial insucesso no futuro.

“Vivemos neste mundo de marcas e logomarcas que ocupam todos os espaços físicos, bem como nosso imaginário”, afirma Nelson De Luca Pretto (2008, p. 110), estudioso da comunicação e da tecnologia no segmento educativo. E prossegue: “O sistema privado de educação [...] cresceu e cresce de forma tão descontrolada que demanda mais e mais clientes. Sim, falamos agora em clientes, pois os alunos do sistema educacional privado nada mais são do que clientes que precisam ser ‘fisgados’ por uma dessas instituições” (PRETTO, 2008, p. 110).

Situa-se no âmbito dessa assertiva o fundamento que deu azo à expressão – com fito nada elogioso, saliente-se – *mercantilização da educação superior*, fator que já no primeiro quinquênio da década de 2000, em Brasil, era claramente comprovado por um indicador suficientemente emblemático: do total de matrículas no ensino superior, 72% pertenciam ao setor privado, que também detinha 89% do total de instituições de educação superior (SABIA, 2009). Não seria demais recordar, ainda, que tal fenômeno não é localizado; ao contrário, extrapola barreiras geográficas, sendo-lhe atribuída a pecha de estar embasado nas tendências neoliberais predominantes em países de perfil econômico desenvolvido ou em desenvolvimento (PUIG, 2012), a partir do desmonte do *Welfare State*.

Se a universidade privada possui tendências à mercantilização da formação profissional, a universidade pública, em rumo diverso, assumiu um papel de referência obrigatória no que concerne ao desenvolvimento integral de uma sociedade (pelo menos em tese). Entre ambas – universidade pública e sociedade – estabeleceu-se, então, um permanente processo de intercâmbio que, na prática, serviria como um verdadeiro sistema de retroalimentação, no sentido de que “A universidade então põe à disposição seu capital – o conhecimento transmitido – para receber das mãos da sociedade uma devolução sob a forma de experiências, que serão traduzidas em problemáticas para que as universidades possam dar respostas, e assim, reproduzir o ciclo de um modo virtuoso” (PUIG, 2012, p. 140).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Em assim sendo, abriu-se espaço (na outra ponta do binômio *público-privado*) para um crescente sinal de desvirtuamento do escopo do ensino universitário particular, enquanto seu congênere em nível público passava por outras transformações. Uma análise acurada deste cenário nos é ofertada por Silva Junior (2007, p. 87 e ss.), merecendo a sumarização dos seus principais pontos a fim de fundamentar o que se afirma.

2.1 Ensino superior: entre o público e o privado?

Assumindo-se como corretas as premissas ora expostas, ter-se-ia por lógica dedução que, enquanto as IES públicas estariam cumprindo uma função precípua em benefício da sociedade, as IES privadas, pelo contrário, privilegiariam o interesse particularizado dos seus empreendedores, tornando-se meros negócios mercantis. Aprofundando esta dedução ainda, abrir-se-ia espaço para desmerecer os empreendimentos privados de ensino superior, *cortados pela mesma tesoura* alimentada pela gana mercantil, denegando-se todo e qualquer esforço que nascesse da iniciativa privada – que, convenhamos, também é parte da sociedade pretensamente privilegiada pelo ensino superior público. Algo, em suma, inusitado e despedido de qualquer fundamento cientificamente sustentável.

Analisemos inicialmente e mesmo que de maneira perfunctória, a fonte motriz da celeuma instalada na educação superior: a globalização. O processo globalizante movimentase essencialmente a partir de uma reterritorialização da política e da economia em sentido amplo, alterando as relações – tanto as individuais como as grupais – a par que propicia a abertura de novas perspectivas para as sociedades e para as nações. Nesse novo contexto, “o saber, o conhecimento e a informação tornaram-se [...] os elementos motores da sociedade mundial” (DIAS, 2004, p. 276). Neste mesmo processo ainda, outro aspecto interligado aos supracitados é-nos elencado por Rodrigues (2007, p. 19): “o incentivo às universidades públicas e privadas para que se associem a instituições de educação superior de caráter transnacional”. E, em processo paralelo, é ainda Rodrigues (2007, p. 19) que acresce um terceiro componente característico a este movimento: “o fortalecimento das chamadas ‘universidades corporativas’, isto é, da adoção institucionalizada, por parte de grandes empresas, de programas internos de qualificação e treinamento de sua própria força de trabalho”.

É cediço o fato concreto dessas alterações terem sucedido em função da globalização, bem como também a multiplicação das IES privadas que derivaram no pejorativo rótulo da *mercantilização*. Todavia, não há maneira de compreender o volume elevado de críticas a estes movimentos. Afinal, a ampliação dos horizontes internegociais – com perdão do neologismo – se constitui em processo de perfil eclético que não deixou setor algum da economia internacional incólume quanto à potencial influência do movimento em tela.

Em razão desse fenômeno (mundialização), a Universidade e o distanciamento entre os sistemas público e privado passaram a exercer, em dupla via de direção, maior pressão sobre a sociedade e o sistema governamental. Em relação ao sistema público, a Universidade foi *retomada* pelas tendências ideológicas mais à esquerda (afinal, historicamente sempre foram



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

campo fértil para dita conexão), privilegiando programas de perfil populista e, por vias de consequência, afastando-se da meritocracia como fiel dessa balança. Já em relação ao sistema privado de educação superior, surgiu uma miscelânea de opções que vão da organização oportunista à conformação criteriosa de centros de excelência para a formação profissional. Entre estes dois pontos diametralmente opostos há um perigoso e largo abismo ameaçado por armadilhas infelizmente indetectáveis e incontroláveis.

De outro ângulo observado, percebemos uma Universidade pública *elitizada* – verdadeiro paradoxo – e restringida pelos mandamentos do poder político partidário em exercício, em flagrante e indevida (malsã?) interferência, comprometendo seriamente a formação profissional daqueles que sonham em ingressar a ela como passaporte seguro para o sucesso. A realidade historicamente vem demonstrando e ratificando que há um longo distanciamento entre esse sonho e sua concretização. Para tal também contribui a (frágil) situação do docente universitário: “o professor [...] – alerta Nóvoa (apud MOROSINI, 2008, p. 102) – passou a ser cada vez mais um executante, um técnico executante, numa perspectiva instrumental. E isto se traduz num grande desprestígio da profissão a diversos níveis”. Desprestígio, sublinhe-se, que redundando em desmotivação, em descomprometimento, em esvaziamento do sagrado dever de transmitir não apenas ensinamentos e experiências, mas também educação e cultura em seus sentidos latos.

Em realidade, a dicotomia *público-privado* parece estar esvaindo-se pelo ralo do discurso político partidário tendencioso e destrutivo. Fala-se hoje (e de há mais de uma década, para ser-se mais delimitador) de inclusão social, educação para todos, democratização da educação superior, entre outras frases de impacto puramente populista, quando na prática o que se observa é o esvaziamento da verdadeira missão educativa: construir uma nova cidadania que contribua para o bem-estar do todo social, indistintamente.

Em nosso país – foco desta análise –, as políticas públicas educativas em geral, desenhadas desde 2003 pelo atual grupo partidário que nos governa, nada mais fizeram que “dar continuidade e concretude à proposta iniciada na gestão anterior, de mercantilização e privatização da Universidade, em pleno acordo com os mecanismos internacionais que regem a política econômica mundial” (OLIVEIRA, 2006, p. 125). Medidas assumidas por este governo gestaram normas como a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 19.973/04) a qual, ainda segundo Oliveira (2006, p. 125), “sugere que as instituições terão de se ajustar ao mercado, conduzindo ao fim da gratuidade do ensino superior e do setor público”. Ou então a norma que regulamenta as Parcerias Público-Privadas (PPP) (Lei 11.079/04), “onde a privatização das universidades públicas e a mercantilização da Educação terão respaldo na revisão do conceito público-privado, não havendo mais diferenças ou fronteiras entre empresas públicas ou privadas” (OLIVEIRA, 2006, p. 126). Em sentido concreto, ditas normas sinalizam para a Educação como *produto-serviço* sujeito à livre concorrência de mercado e cujas fontes de financiamento passarão a ser indistintamente de origem pública ou oriundas da iniciativa privada.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Este Norte estratégico na Educação Superior do nosso país é apenas parte de um conjunto mais amplo de outros programas gestados por esta administração – a exemplo do PROUNI (Programa Universidade para Todos) e do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) com seu complementar ENADE (Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante) – que, em suma, conduzem ao que Marilena de Souza Chaui (apud OLIVEIRA, 2006, p. 126) classificou de *universidade operacional*, i.e., “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível [...], definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual”.

Que representa este quadro na prática? O esvaziamento da diferença *público-privado* na educação superior. A unicidade estratégico-operacional da Universidade. Reger-se-ão ambos os setores, portanto, pelas regras de mercado – *oferta x demanda, recursos x carências, qualidade x quantidade, competitividade x incompetência, vantagens competitivas x estagnação* –, ou seja, pelos ditames mercantis, o que, de pronto, impõe oficializar-se a tão contestada e combatida *mercantilização da educação superior*, ratificada na prática.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO: MARCHAS E CONTRAMARCHAS

“Estudantes e professores universitários de alguma maneira tendem a acreditar em princípios opostos às mudanças em suas universidades”, afirma José-Guínés Mora (2006, p. 91, tradução nossa), ao destacar que é curiosa a postura dos membros das universidades ao criticar muitos aspectos atinentes à ciência e à sociedade e, em concomitância, mostrar-se tão respeitosa em relação à cultura universitária. A questão representativa deste impasse seria: afinal, a Universidade e sua população seriam suscetíveis aos câmbios exigidos pela dinâmica sociopolítica e econômica mundial?

O autor que ora referenciamos é enfático ao dar a entender que *cada caso é um caso à parte*. E ilustra com exemplos europeus e latino-americanos. Em relação aos primeiros, enquanto o sistema alemão (*Humboldtian system*) promovia um modelo baseado no conhecimento ampliado dos seus estudantes universitários, sem necessariamente preocupar-se com as demandas da sociedade ou do mercado de trabalho, o modelo francês (também conhecido como *Napoleônico*) centrava sua estratégia educativa na formação profissional dos seus estudantes a fim de atender às necessidades do Estado. Diferentemente destes dois modelos – ressalta ainda Mora (2006) – o modelo Anglo-saxão, também assumido pela sociedade norte-americana, privilegiava a defesa da Universidade como instituição privada, com proficiência tanto para atender empreendimentos privados, como para atender o Estado. Já em América Latina, o modelo adotado foi basicamente o *Napoleônico*, concebido para atender as necessidades do mercado laboral.

Pois bem, na atualidade e considerando-se como eixo-mestre o processo de globalização econômica e social, o modelo educativo universitário sul-americano necessariamente teria de ser readequado a fim de atender às demandas carreadas pela internacionalização das relações interestatais. Não mais parece factível optar por um modelo de atendimento às necessidades puramente laborais, nem tampouco para a satisfação das demandas estatais. Hoje, a palavra-



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

chave é *globalização*, o que impõe ao mercado e, por decorrência natural, à educação universitária⁽¹⁾, uma visão ampliada, multicultural, transnacional.

Este desiderato, em razão da sua amplitude, impõe uma condição essencial: a necessária passagem de um modelo até então centrado na prevalência da *era industrial* – que dominava desde o século XIX – para a *nova sociedade do conhecimento*: “[...] foi na segunda metade do século XX que o valor econômico da educação foi universalmente reconhecido pelos analistas”, afirmam Mora & Vila (apud MORA, 2006, p. 96, tradução nossa). A ‘mola propulsora’ desta mudança adveio em decorrência do expressivo desenvolvimento tecnológico, impondo a formação de recursos humanos altamente qualificados e, assim, formando as bases para a associação entre tecnologia e conhecimento, binômio fundamental do crescimento econômico e social. Nascia, assim, a *geração do conhecimento*.

3.1 O Brasil universitário: breves e pertinentes considerações

Nossa universidade é relativamente jovem e, portanto, tardia em seu surgimento se comparada às suas congêneres, tanto do continente sul e centro-americano, como do norte-americano e principalmente europeu. Esta condição, já *de per se* denota certa postura governamental relapsa em relação à educação superior, com suas naturais consequências que hoje ainda são percebidas.

Se observarmos de forma individualizada o aparecimento das escolas de ensino superior e da Universidade, constataremos que, enquanto as primeiras surgiam nos albores do século XIX (1808), esta última apenas aparece depois de transcorrido mais de um século (1930), vestida com roupagem eminentemente privatista e representada, em sua maioria, pela iniciativa confessional católica e alguns empreendimentos promovidos pelas “elites locais”, conforme preleciona a obra de Sampaio (apud MINTO, 2006, p. 88).

Durante o longo percurso transcorrido entre a Universidade de 1930 e a realidade hodierna – que já engloba a primeira década do século XXI –, os ideais que a fundamentavam (a ciência pela ciência) passaram a envolver, de acordo com Gibbons et al. (apud SCHWARTZMAN, 2006, p. 27), também “os interesses comerciais e aplicados”. Nas lições de Chaimovich (2006, p. 12), “o mal-estar sempre esteve presente nas Universidades, criadas pelo poder e destinadas a enfrentar, pela sua própria natureza, o próprio poder que as criou e que, quando públicas, as mantém”.

Trilhando os contornos históricos da Universidade brasileira, destarte, é patente uma tendência que identifica os universos público e privado: a Universidade pública tornou-se elitista em razão da sua tendência em privilegiar a pesquisa e extensão e, mais recentemente, passou a absorver (mesmo que com reservas) certos estratos sociais adjetivados como *desprivilegiados*, *excluídos*, *marginalizados*, entre outros rótulos qualificadores, seguindo uma política marcadamente assistencialista, distanciada da meritocracia; ao passo que a Universidade privada, em consonância com a crescente demanda a partir da década de 1980, alcançou o ano 2000 como responsável por 85% do total de instituições registradas e ativas, de acordo com o censo desse ano (1004 IES privadas e 176 IES públicas, segundo o Ministério de Educação e Cultura – MEC) (MOURA, 2009).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

E o que dizer da qualidade educativa como requisito precípua dessa expansão? Analisando os indicadores supra expostos, deduzir-se-ia que dita ampliação das IES privadas acarreou certa justiça social mediante a multiplicação de vagas redundantes em inclusão educativa superior. E ainda, que com tal expansão veio associado um movimento fundamentado na qualidade educativa como diferencial competitivo (vantagem), beneficiando a sociedade em seu todo. Em realidade e na prática, todavia, não há muito a festejar neste sentido da qualidade. Dias Sobrinho (2005, p. 117) manifesta a este respeito:

Se a educação superior precisa atender também às demandas pontuais, que muitas vezes se apresentam como se fossem os verdadeiros objetivos de um país, ela não pode deixar que sua função primordial de pedagogia social seja anulada pela ideologia utilitarista do mercantilismo [...].

Essencialmente, a responsabilidade social da educação e de suas instituições tem um significado público. Consiste no dever de **cumprir com qualidade** o mandato da sociedade (*grifo nosso*).

Em similar diapasão há um volume considerável de outros autores que se se pronunciam insatisfeitos com a qualidade da educação superior, mas não tão-só desta. O problema advém já dos níveis escolares inferiores que, em essência, são o alicerce da educação com qualidade e que não apenas permitirá, mas fundamentalmente exigirá receber similar padrão de excelência nos níveis mais elevados, alcançando até os atinentes à pós-graduação. A questão da qualidade educacional em nosso país, assim, é de base e se propaga a todo o universo educativo, seguindo um verdadeiro processo de *círculos concêntricos*, onde o centro é a raiz educativa (familiar) e os círculos subsequentes são os níveis progressivos da educação formal. Neste sentido:

A melhoria da qualidade de ensino deve ser compreendida como um processo **articulado entre os diferentes níveis de ensino**, onde os sujeitos nela implicados se configurem, de fato, nos sujeitos políticos das ações que buscam potencializar e materializar aquilo que se compreende como fundamental para toda a sociedade (GURGEL, 1999, p. 267, grifo nosso).

Nunes (2001, p. 55) se junta ao coro de tantos outros autores que formulam severas críticas às políticas governamentais incentivadoras de “um crescimento acelerado, mas desordenado do ensino superior”, alegando para tanto que “a expansão conduzirá à saturação do mercado de trabalho, com o conseqüente aviltamento dos salários e perda de qualidade dos serviços”. Inobstante tal cenário seja desenhado por este autor mais especificamente para setores específicos (médicos e advogados), o vaticínio parece ser igualmente aplicável aos demais setores profissionais que também dependem do irrenunciável requisito da qualidade para poderem tornar-se adequadamente competitivos^(II).

É preciso ainda recordar que nosso país sofre de males históricos em relação à educação e seu sentido lato. O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), inobstante se restrinja à avaliação de rendimentos dos alunos nas áreas de Português e Matemática, para tanto servindo-se dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, produz outros levantamentos que complementam seu quadro avaliador^(III) e que, em suma, buscam mensurar a qualidade, a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

equidade e a eficiência da educação nacional. O objetivo precípua dessa ferramenta é perseguir a melhoria permanente da qualidade do ensino.

Pois bem, em termos genéricos, os resultados alcançados no SAEB/2003 (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2012, p. 64) mostram os alunos da 3ª série do Ensino Médio em estágio crítico (62,6%) e muito crítico (4,8%) nos estudos de Matemática, o que pode ser entendido como um dato emblemático e alarmante. Transcorridos nove anos, os resultados do último SAEB/2012 expõem “o fraco desempenho dos estudantes de ensino médio” (WEBER, 2012, s/p), ratificando os resultados que vêm se repetindo ao longo dos anos.

Diante deste quadro, nos deparamos com sérias dificuldades a serem transpostas no quesito *educação em geral*, o que, na prática, representaria um verdadeiro entrave a qualquer estratégia que visasse a internacionalização da educação superior brasileira. Mas para compreendermos o porquê desta assertiva, torna-se necessário que primeiro situemos o conceito-ação em seu marco de significação terminológica, intróito do próximo ponto.

3.2 É factível internacionalizar a educação superior no Brasil?

Hans de Wit (2013) nos recorda que o sentido de *internacionalização* na educação superior é relativamente jovem, remontando à década de 1990. Até então, vigia a denominação abrangente *educação internacional*, “uma soma de termos fragmentados e geralmente pouco relacionados entre si”^(IV) (WIT, 2013, s/p). Em seu auxílio vem a análise de John Hudzik (2011, p. 8), da NAFSA (Association of International Educators), explicando que o termo “Internacionalização aplicada à educação superior possui muitos possíveis significados operacionais”, que dependem de fatores vários, a exemplo dos objetivos e propósitos do movimento, missão institucional, ponto de partida institucional, quadro de referência programática, grupos de clientela. Nas próprias palavras de Hudzik (2013, p. 8, tradução nossa),

O objetivo final por trás da internacionalização é a melhor conexão das instituições para uma mudança do ambiente local e global e o provimento de serviços mais relevantes para a sociedade e para a clientela sob essas realidades mutantes. Internacionalização pode ser um meio para preparar os formandos para a vida e para o trabalho em um mercado global de produtos, serviços e ideias.

A internacionalização, em suma, não é um fim em si, mas um meio para alcançar variados fins através do entabulamento de conexões das instituições “ao mercado global de ideias, cérebros e descobertas”, arremata Hudzik (2013, p. 8, tradução nossa). Sem embargo, nem sempre internacionalizar a educação redundará em benefícios para o mercado gerador de interessados (docentes e discentes). Wit (2013, s/p) destaca o exemplo da África, “região com muitos acadêmicos donos de diplomas estrangeiros, pós-graduados com experiência de estudo no exterior e, também, com conhecimentos e conceitos importados”, colocando esse continente na ponta do ranking das regiões com educação mais internacionalizada do que qualquer outra. O alerta de Wit (2013) é no sentido de que tal destacada posição africana poderá forçar a um processo inverso, isto é, à desinternacionalização, “liberando-se dessas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

influências externas, antes de poder desenvolver sua própria posição na sociedade global do conhecimento” (WIT, 2012, s/p).

Avancemos algo mais nesta linha de raciocínio última. Se de um lado a África poderia estar sujeita à implementação do processo inverso (desinternacionalização) a fim de melhorar seu desempenho interno, países como Austrália e Canadá festejam a internacionalização em estreito compasso com os elevados lucros que auferem em decorrência desta. A Austrália, a partir de 2010, “transferiu a promoção da educação internacional daquele país para a Comissão de Comércio Australiana (Austrade), que é a agência governamental responsável pelo desenvolvimento de comércio e investimentos, pertencente ao Departamento de Relações Exteriores e Comércio” (LAUS, 2012, p. 58). Na comercialização do mercado australiano da educação superior, as instituições servem-se do setor de Promoção e Marketing Internacional da Educação Australiana. Já o Canadá segue similar caminho, não obstante se destaque da Austrália por sua característica de pioneirismo na “atribuição de um valor monetário ao impacto representado pelos estudantes internacionais no país” (LAUS, 2012, p. 58). A autora informa ainda, que entre 1998 e 2009 o Canadá praticamente duplicou o número de estudantes internacionais no país – algo em torno de 178 mil estudantes – trazendo, ademais de maciça receita financeira (6.5 bilhões de dólares canadenses ou 14,97% do seu PIB, em 2008), 83 mil vagas de emprego para os canadenses em 2009 (LAUS, 2012, p. 59).

Ainda servindo-nos do estudo de Laus (2012), se de uma parte a internacionalização educativa tem se mostrado atrativa para nações avançadas – como Austrália, Canadá, EUA, Inglaterra, entre outras –, de outra parte a mobilidade acadêmica internacional (um ativo econômico) mostra-se “fator de desestabilização do equilíbrio econômico dos países ou regiões envolvidas” (LAUS, 2012, p. 60). As crises pelas quais passaram os EUA (2008) e a Europa (2009-2010) acabaram gerando alto índice de desemprego e instando a União Europeia, por exemplo, a endurecer suas políticas de imigração. Um caso emblemático, neste sentido, é o da Inglaterra, que recentemente promoveu uma campanha de limitação da entrada de estrangeiros devido ao elevado número de estudantes (20% dos 180 mil estudantes forâneos) que “não retornaram aos países de origem” (LAUS, 2012, p. 60).

Em que ponto se situa o Brasil nas estratégias de internacionalização da educação superior? Primeiramente, lembremos que em nível microrregional (Cone Sul), o Brasil desempenha um importante papel no cenário adstrito ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), dividindo, no setor da educação superior, o espaço de liderança com a Argentina. Neste sentido, enquanto o Brasil possui um movimento crescente rumo à Argentina em busca de cursos de pós-graduação *lato sensu*, recebe igualmente número expressivo de alunos advindos (principalmente) do Paraguai, Uruguai, Bolívia e Peru. Sucede que o básico – o necessário bilinguismo, visto que no Brasil, diferentemente dos seus vizinhos sul e centro-americanos que compartilham o Espanhol, o idioma oficial é o Português – parece não ter ainda despertado o interesse dos dispostos a estudar fora da sua pátria, aventurando-se na prática do *portunhol* e vice-versa.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Se a questão do idioma aparenta não ser tão crucial na mobilidade estudantil e de docentes, o aspecto das diferenças curriculares, dos sistemas de ensino, das políticas de pesquisa e extensão, das ferramentas de avaliação da qualidade, dos determinantes legais de reconhecimento e de revalidação de diplomas, tudo isso e algo mais parecem emperrar o processo de internacionalização educativa, arrastando-se vagarosamente sem conquistar tantos pontos positivos quanto os apregoados pelo marketing governamental dos países-membros do Pacto.

De outro ângulo e a despeito de um marketing enganoso, as várias regiões do Brasil que afirmam implementar estratégias de internacionalização do seu setor educativo superior limitam-se “às atividades tradicionais, como a assinatura de acordos internacionais com instituições pares, a participação nas redes ou associações locais bem como a participação de um número bastante reduzido de estudantes e membros da faculdade em programas de mobilidade internacional” (OCDE, 2010, p. 294). E complementarmente, o relatório da OCDE ainda menciona o problema do segundo idioma, como já lembrávamos em linhas acima: “Além do mais, dedica-se pouca atenção [...] aos esforços feitos no sentido de [...] incentivar nos estudantes o domínio internacionalmente competitivo de pelo menos uma segunda língua” (OCDE, 2010, p. 294).

Um estudo do Banco Mundial (2005), através da sua unidade situada em Bogotá (Colômbia), ao analisar o desempenho brasileiro em suas estratégias de internacionalização da educação superior, assim se posiciona: “A ação conjunta com instituições internacionais há crescido de uma maneira desorganizada, com baixos padrões de qualidade, com frequência como um resultado das tendências do mercado e não um planejamento estratégico institucional deliberado” (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 123, tradução nossa).

Em realidade, são escassas as iniciativas registradas de maneira positiva, sobre os esforços brasileiros em internacionalizar sua educação superior. Neste sentido, podem ser destacadas as parcerias universitárias binacionais cujo marco inicial situa-se no ano de 2001 e cujos objetivos visam os estudantes tanto de graduação como de pós-graduação. Entre essas parcerias, são dignas de nota: a realizada pela FIPSE-CAPEL (com os EUA), a UNIBRAL (com a Alemanha) e a CAPEG/BA (com a Argentina) (AUDY; MOROSINI, 2006).

Os objetivos da internacionalização da educação superior, em suma, dificilmente serão alcançados por uma nação que mal se preocupa com seus estudos superiores internos, onde a qualidade é o principal e maior desafio, historicamente falando. Uma das questões que se agregam ao requisito da escassa qualidade e que se interpõem a tal desiderato já é suficientemente emblemática para compreender-se a dificuldade de se internacionalizar a educação superior: “as vagas ofertadas para a Educação Superior não são totalmente preenchidas: sobram cerca de 40% dessas vagas considerando todos os estados do país [...] não obstante a baixa taxa de escolarização líquida (12,1%) na Educação Superior” (ARAÚJO, 2012, p. 23).

Tudo parece indicar, enfim, que impõe-se como prioritária e ingente a ação prévia de *arrumar a casa* em primeiro e destacado lugar, para então pensar-se em alçar voos mais



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ousados rumo à internacionalização e à transnacionalização da educação superior, com segurança e ações efetivas e coerentemente planejadas. Isto não necessariamente redundaria em esquecer ou deixar de lado as tímidas ações que vêm sendo empreendidas, senão que em organizar o cenário interno e expandir segundo um programa cordato e amplamente debatido com a sociedade acadêmica, a fim de assegurar o sucesso do empreendimento.

4. DIRETRIZES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DESTA INVESTIGAÇÃO

Considerando os três objetivos propostos ao início deste artigo e sua intenção de compreender os movimentos promovidos rumo à internacionalização da educação superior, a partir do Brasil, optamos por adotar uma abordagem metodológica de pesquisa teórico-qualitativa, exploratória (com viés descritivo) e fenomenológica, fundada na análise de fontes bibliográficas nacionais e estrangeiras e experiências do autor, inerentes ao tema central.

A técnica da coleta de informações partiu da estruturação de um acervo de obras e artigos científicos – impressos e eletrônicos – cujas abordagens permeiam o tema central da internacionalização da educação superior e seu amplo rol de subtemas transversais, retirando de tal acervo os elementos informativos que se mostravam adequados à construção de respostas para os objetivos propostos.

A delimitação tempo-espaial do estudo pode ser classificada como sendo *de corte longitudinal*, abrangendo o período compreendido pelas últimas três décadas e definindo-se os contornos espaciais de tal maneira a privilegiar as experiências brasileiras, embora enriquecendo a exposição com experiências internacionais ilustrativas.

5. PRINCIPAIS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

O cenário delineado nesta investigação nos mostra, em primeiro lugar, a intenção expressa das políticas públicas e das instituições de educação superior, públicas e privadas, em concretizar os movimentos em direção à internacionalização e transnacionalização da educação superior, procurando resultados que redundem em maior qualificação social e laboral, associando tais objetivos à mobilidade de docentes e discentes que se traduza em índices mais elevados de competitividade individual e organizacional.

Todavia, não obstante as estratégias (brasileira e mundial) que visam internacionalizar a educação remontem a inícios do século passado e, nalguns casos, até antes desse marco, os casos concretos de sucesso ainda persistem em níveis tímidos, o que sinaliza para a existência de entraves de diversos perfis ainda não sanados, emperrando tais estratégias.

No caso específico do Brasil, as fragilidades ainda são bem superiores às eventuais fortalezas que possam ser detectadas como firmemente assentadas, sólidas, alvissareiras. Os movimentos educativos internacionais tem se mostrado mais ativos dentro do exíguo espaço do MERCOSUL, com experiências esparsas direcionadas a outros países da América Latina e, mais raras ainda, rumo ao continente europeu e norte-americano.

Na contramão desta realidade palpável, os esforços de marketing promocional encetados pelo próprio poder público acenam com bandeiras excessivamente positivistas, transfigurando a realidade e instalando pontos neurálgicos de dúvida e insegurança no mercado. Apregoam-se benefícios e benesses que, na prática, não se sustentam e nem sequer



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

estão próximos disso. Vendem-se sonhos educativos, quando a realidade, em sua ferocidade palpável, os desmente e soterra sob o grande vilão da educação superior: a qualidade. Fator, aliás, que pode justificadamente ser estendido a todos os níveis do ensino em nosso país – nomeadamente em relação à educação pública.

Como pretender-se a internacionalização da educação superior se sequer se possui, como regra, o segundo idioma obrigatório? Como entender-se positivo um Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) educativo, se os programas do *Espanhol como segunda língua e estrangeira* (em nosso particular caso) nem chegaram a ser colocados em prática massiva, mesmo que já hajam transcorrido mais de duas décadas da instalação do Pacto? Se não somos capazes de fazer o *dever de casa*, aqui em nosso jardim *conesulense*, que se dirá alhures?

Se transcorridas duas décadas nosso MERCOSUL ainda se encontra em seu berço, em sentido amplo (não apenas educativo) e se a própria Comunidade Europeia ainda se debate em suas estratégias de mobilidade docente-estudantil, parece-nos que, efetivamente, o que está em perfeito funcionamento é o nosso marketing governamental, em seu desenho de cenários irrealistas e exageradamente sedutores, mui distanciados da realidade.

Quiçá o grande mal das políticas públicas, não apenas na educação superior, mas em toda sua larga gama de influência social, resida na flagrante e detratória mistura daquelas com a nada confiável política partidária. Equação que, sem qualquer lugar a dúvida, é o cerne de todas as questões mal resolvidas em nosso país, bem como em qualquer outro rincão do planeta.

NOTAS EXPLICATIVAS

- (I) Mais adequado e, principalmente, mais coerente seria que essa estratégia de visão ampliada e multicultural já tivesse início na educação intermediária (segundo grau), preparando o aluno para a prática de uma visão holística da realidade multicultural (transnacional).
- (II) Cortelazzo (apud SILVA, 2011) nos lembra das metas estabelecidas na Década da Educação (instituída em Jomtien/Tailândia, em 1990), cujos objetivos foram centrados na universalização do ensino fundamental e na maior qualidade do ensino superior, com o correspondente crescimento do número de estudantes. Estes objetivos foram posteriormente ratificados durante a Cúpula do Milênio (New York/USA, 2004). Todavia, o Brasil, em termos de qualidade da educação superior, ainda deixa a desejar: “A universidade brasileira ainda não conseguiu, com sucesso, uma avaliação de qualidade, a não ser em umas poucas instituições públicas e privadas”, complementa Silva (2011, p. 54).
- (III) Para maiores detalhes sobre o SAEB, consulte: ALBUQUERQUE, T. de S.; OLIVEIRA, E. da S. G. de. **Avaliação da Educação e da Aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012, p. 58-60.
- (IV) Wit ilustra tais termos fragmentados como sendo: “estudo no exterior, orientação de estudantes estrangeiros, intercâmbio de estudantes e funcionários entre universidades, ensino voltado para o desenvolvimento e estudos de áreas específicas” (WIT, 2013, s/p).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, T. de S.; OLIVEIRA, E. da S. G. de. **Avaliação da Educação e da Aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. 340p.
- ARAÚJO, C. M. M. **Análise dos sistemas de educação superior no Brasil e em Portugal: o que apontam as políticas educacionais**. Porto Alegre: EDIPUCRS : Editora Universitária Metodista IPA, 2012. 128p.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- ATRIA, R. **Tendencias de la Educación Superior:** el contexto del aseguramiento de la calidad. Santiago de Chile: 2012. 130p.
- AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). **“Inovação e Empreendedorismo na Universidade”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 461p.
- BANCO MUNDIAL (Colombia). **Educación Superior en América Latina:** La dimensión internacional. Bogotá: Banco Mundial/Mayol Ediciones, 2005. 380p.
- BELLODI, P. L. Por que programas de tutoria (*Mentoring*) na universidade? *In:* BELLODI, P. L. et al. **Tutoria: Mentoring na formação médica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 41-52. (Coleção temas em psicologia e educação médica).
- CHAIMOVICH, H. Os desafios do ensino superior no Brasil. *In:* STEINER, J. E.; MALNIC G. (Org.). **“Ensino Superior: Conceito & Dinâmica”**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 25-40. p. 11-24.
- DIAS, M. A. R. Impacto da ação da OMC no ensino superior e no mundo do trabalho. *In:* **“Globalização: dimensões e alternativas”**, v. 2 (de *“Hegemonia e contra-hegemonia”*). SANTOS, T. dos (Coord.). MARTINS, C. E.; SÁ, F.; BRUCKMANN, M. (Org.). São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 276-371.
- DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 261p.
- GONZÁLEZ, A. I. et al. Reconceptualización de la calidad universitaria: un reto para América Latina. *In:* MUÑOZ, V. M. R. et al. (Coord.). **“La acreditación de la educación superior en Iberoamérica:** La gestión de la calidad de los programas educativos. Tensiones, desencuentros, conflictos y resultados”. V. 1. Bloomington, IN: Palibrio, 2012. p. 170-195.
- GURGEL, C. M. A. **Educação para as ciências da natureza e matemáticas no Brasil:** um estudo sobre os indicadores de qualidade do SPEC (1983-1997). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/10.pdf>>. Acesso em: 05 ago.2013. 13p.
- HUDZIK, J. **Comprehensive Internationalization. From concept to action.** Washington (DC): NAFSA – Association of International Educators, 2011. 42p.
- LAUS, S. P. **A internacionalização da educação superior:** um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. 2012. 331f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/sonia_pereira_tese_final.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- MINTO, L. W. **As reformas do ensino superior no Brasil:** o público e o privado em questão. Campinas (SP): Autores Associados, 2006. 309p.
- MORA, J.-G. European universities: The challenge of the society of knowledge and globalization. *In:* AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). **“Inovação e Empreendedorismo na Universidade”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 91-142.
- MOROSINI, M. C. O professor do ensino superior na sociedade contemporânea. *In:* ENRICONE, D. (Org.). **“A docência na educação superior: sete olhares”**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 95-110.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- MOURA, T. M. de M. **Metodologia do ensino superior: saberes e fazeres da prática docente**. 2 ed. rev. e atual. Maceió: EDUFAL, 2009. 117p.
- NUNES, E. **Futuros possíveis, passados indesejáveis. Selo da OAB, Provão e avaliação do ensino superior**. Edson Nunes, André Nogueira, Leandro Molhano Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 112p.
- OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (Brasil). **Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: Estado de Santa Catarina, Brasil**. Paris: OECD, 2010.
- OLIVEIRA, A. G. de. Assessoria e Serviço Social: a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Faculdade de Serviço Social da UERJ. *In: “Assessoria, consultoria e serviço social”*. BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (Org.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 116-151.
- PRETTO, N. De Luca. **Escritos sobre educação, comunicação e cultura**. Campinas (SP): Papirus, 2008. 241p.
- PUIG, S. Universidad y desarrollo: Renovadas perspectivas para el extensionismo en las universidades públicas. *In: SAEGH, A. M.; EZCURRA, D. L. (Cord.). “Educación superior: tensiones y debates en torno a una transformación necesaria”*. 1 ed., v. 2. Villa María: Eduvim, 2012. p. 133-142.
- RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.
- SABIA, C. P. de P. **A mercantilização da universidade via projetos de cooperação universidade-empresa**. São Paulo: Arte e Ciência, 2009. 172p.
- SCHWARTZMAN, S. A Universidade de São Paulo e a questão universitária no Brasil. *In: STEINER, J. E.; MALNIC G. (Org.). “Ensino Superior: Conceito & Dinâmica”*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 25-40.
- SILVA, R. C. **Gestão do ensino superior. Temas atuais**. São Paulo: Biblioteca24horas, 2011. 160p.
- SILVA JÚNIOR, J. dos R. Reforma universitária: a nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI. *In: ORSO, P. (Org.). “Educação, sociedade de classes e reformas universitárias”*. Campinas (SP): Autores Associados, 2007. p. 87-125.
- WEBER, D. MEC estuda mudar fórmula de cálculo do Ideb em 2013. *In: O Globo – Educação*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mec-estuda-mudar-formula-de-calculo-do-ideb-em-2013-5857463>>. Acesso em: 06 ago.2013.
- WIT, H. de. Repensando o conceito de internacionalização. *In: “Ensino Superior – UNICAMP”*. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao>>. Acesso em: 04 ago.2013.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad